

ATUAÇÃO DOCENTE EM ESPAÇOS DE INCERTEZAS E IMPREVISIBILIDADE: PRÁTICAS LOCAIS DE ENFERMAGEM

TEACHING IN SPACES OF UNCERTAINTY AND UNPREDICTABILITY: LOCAL NURSING PRACTICES

ACTUACIÓN DOCENTE EN ESPACIOS DE INCERTIDUMBRE E IMPREVISIBILIDAD: PRÁCTICAS LOCALES DE ENFERMERÍA

Maria Carolina Ortiz Whitaker¹
Hélène Laperrière²
Climene Laura de Camargo³

Como citar este artigo: Whitaker MCO, Laperrière H, Camargo CL. Atuação docente em espaços de incertezas e imprevisibilidade: práticas locais de enfermagem. Rev baiana enferm. 2023;37:e53319.

A atualidade mundial está permeada de cenários desafiadores, como mudanças climáticas, degradação ambiental, catástrofes naturais, zonas de conflitos e guerras. Além disso, há o aumento das desigualdades sociais e da pobreza, bem como insegurança alimentar e crises sanitárias, as quais requerem formação de enfermeiras (os) que esteja fortalecida no preparo de futuros profissionais comprometidos com as necessidades regionais, nacionais e desafios globais.

Segundo a OMS¹, o número de profissionais de enfermagem no mundo é estimado em 28 milhões de profissionais, o que representa mais da metade de todos os profissionais de saúde. Este contingente, apesar de significativo, não é suficiente para suprir o déficit deste profissional no mercado mundial e aponta a necessidade de aumentar o número de graduandos em enfermagem, principalmente na África, Sudeste Asiático, Mediterrâneo Oriental, países da América Latina. Cabe salientar que os enfermeiros devem estar preparados para atuar em consonância com importantes acordos internacionais, como Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e agenda 2030, na tentativa de erradicar a pobreza e promover vida digna a todos, dentro das condições que preservem o planeta e possibilite qualidade de vida para as próximas gerações⁽¹⁻²⁾.

Os profissionais de enfermagem desenvolvem suas práticas assistenciais para pessoas em diferentes faixas etárias, famílias, grupos e comunidades, sendo elas saudáveis ou acometidas por alguma

Autor (a) Correspondente: Maria Carolina Ortiz Whitaker. E-mail: maria.ortiz@ufba.br

¹ Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brazil. <https://orcid.org/0000-0003-0253-3831>

² University of Ottawa. Ottawa, Canada. <https://orcid.org/0000-0002-3928-1095>

³ Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brazil. <https://orcid.org/0000-0002-4880-3916>

doença/agravos em diferentes ambientes e contextos político-sociais. O mesmo acontece nos espaços de formação para futuros profissionais da área e com isso, destacam-se entre os diferentes espaços de ensino, comunidades e territórios em situação de vulnerabilidade social, inclusive aqueles onde vivem as próprias enfermeiras e professores universitários. Há, ainda, espaços caracterizados pela fragilidade ou ausência de direitos civis para acesso equitativo à educação, saúde, lazer, cultura e trabalho. Condições que refletem na qualidade de vida, bem-estar de indivíduos e comunidade.

Desse modo, portanto, oportunizar o processo formativo de estudantes de enfermagem, nesses cenários de vulnerabilidade social, é planejar o desenvolvimento de competências profissionais para atuar no cuidado à saúde, promoção, prevenção e tratamento da doença, bem como na gestão de serviços, tanto nas atividades de ensino, extensão, inovações tecnológicas e pesquisa.

Práticas educativas nas comunidades permitem o desenvolvimento de habilidades como criação, inovação, comunicação e liderança para planejar ações em cenários de imprevisibilidade, de limitações e descontrole. Tais situações provocam a necessidade de reorganização nos planejamentos e metas que são desveladas por vivências nas comunidades ⁽³⁾.

A experiência de um grupo de enfermeiras, atuantes com mais de 15 anos de ensino, pesquisa e extensão permitem afirmar a potencialidade que essas atividades em campo possibilitam aos estudantes. A experiência deste grupo de professores na Escola de Enfermagem da Universidade Federal da Bahia- Brasil, somados com a experiência de professores da *School of Nurse, Ottawa University* – Canadá, evidencia que os estudantes têm a possibilidade de vivenciar práticas de saúde voltadas para comunidades quilombolas e indígenas, respectivamente. Essas atividades permitem o reconhecimento da importância da troca de saberes (popular, tradicional e ancestral), compartilhados através da ação, discussão e integração.

Comunidades quilombolas estão presentes em quase todas as unidades federativas brasileiras com maior concentração na Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará. Elas são caracterizadas por sua organização, pelo uso comum de suas terras, pela partilha de atividades de subsistência, pelas práticas e uso de saberes tradicionais, pela formação majoritária de povos afrodescendentes. Atualmente essas comunidades podem estar inseridas em aglomerados urbanos, zonas rurais ou geograficamente ilhadas como algumas comunidades no estado da Bahia. Historicamente sofrem com o racismo e estão em condições de vulnerabilidade social com muitas famílias na faixa de extrema pobreza e em situação de insegurança alimentar. São comunidades com grande potência de saberes populares como a prática de pesca, mariscagem, navegação, bordado, plantio e colheita, uso de plantas medicinais e preservação ambiental por meio de práticas ancestrais, culturais e artísticas.

Em 2012, o movimento *Idle no more* conscientizou o mundo sobre a necessidade de engajar as populações indígenas nos processos de tomadas de decisões, que os concernem. Em 2015, a Comissão Verdade e Reconciliação obrigou as instituições governamentais e de ensinamento (inclusive as escolas de enfermagem canadenses) a reconhecer a dimensão colonizadora das políticas de saúde e de educação que desconsideram os conhecimentos ancestrais e os contextos de vulnerabilidade impostos por atividades coloniais.

Assim, principalmente na área da enfermagem, há obrigação governamental de reconhecer que práticas, mesmo as ditas participativas e democráticas, tem potencial de criar traumatismos em populações que não se identificam como “vulneráveis”, que desejam se reapropriar das definições identitárias e por em dúvidas as políticas universalistas, sobretudo de origem centralista das instituições que até então eram consideradas infalíveis. Os movimentos indígenas reivindicam modos ancestrais, como a preservação do território como forma de promoção da saúde e ambiental. Neste sentido, o ensinamento da educação em saúde e promoção da saúde devem incluir práticas de saúde em espaços seguros culturalmente e de descolonização, que respondem às promoções de proteção de territórios indígenas.

Para além dessas fortalezas, esses campos de prática possibilitam o contato com aspectos da imprevisibilidade que demandam destreza, sensibilidade, escuta e redirecionamento de ações. Habilidades

descolonizadoras podem ser desenvolvidas quando é vivenciado aspectos como: dificuldade logística para acesso a comunidade, variações climáticas, festejos e celebrações locais, rotina de trabalho e de lazer da comunidade, aspectos culturais e religiosos; respeito aos princípios prioritários de vida e de desejo da comunidade local. Considerando os ODS, a agenda 2030 e o relatório 2020 sobre a enfermagem⁽¹⁻²⁾, conclui-se que o ensino para a graduação de enfermagem em territórios onde o planejamento e metas estabelecidas sofrem mudanças pela imprevisibilidade e instabilidade das circunstâncias locais podem contribuir para a formação de futuros profissionais que estejam atentos às particularidades de comunidades em vulnerabilidade social, enquanto cidadãos de direito, e desenvolvam competências que respondam aos desafios globais do milênio. A árdua tarefa é também de descolonizar o caráter de considerar necessariamente positivo o conceito de ajuda às populações consideradas carentes⁽⁴⁾. Esta visão simplista esconde um suave movimento benevolente de integração social e cultural, que vem de cima, ou do centro para a periferia.

Colaborações:

- 1 – concepção e planejamento do projeto: Maria Carolina Ortiz Whitaker e Hélène Laperrière;
- 2 – análise e interpretação dos dados: Maria Carolina Ortiz Whitaker e Hélène Laperrière;
- 3 – redação e/ou revisão crítica: Maria Carolina Ortiz Whitaker e Hélène Laperrière;
- 4 – aprovação da versão final: Maria Carolina Ortiz Whitaker, Hélène Laperrière e Climene Laura de Camargo.

Conflitos de interesse

Não há conflitos de interesses.

Referências

1. World Health Organization. State of the world's nursing 2020: investing in education, jobs and leadership. Geneva, Switzerland: World Health Organization; 2019. 144 p. Available from: <https://www.who.int/publications/item/9789240003279>.
2. United Nations. General Assembly. Resolution adopted on 25 September 2015. Transforming our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development. [Cited 2023 Mar 1]. Available from: <https://sdgs.un.org/2030agenda>.
3. Laperrière H, Zúñiga R. Cuando la comunidad guía la acción: hacia una evaluación comunitaria alternativa. *Psicol. Soc.* 2007; 19(3): 39-45. Available from: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000300007>.
4. Laperrière H. Conhecer através de atitudes populares humildes: uma epistemologia no ato de risco de aprender caminhando nas incertezas espirituais e físicas. In: Rodrigues, JAS e Cruz, PJSC, organizators. Educação popular e promoção de saúde na atenção primária. Ideias, saberes e experiências. João Pessoa: CCTA/UFPA; 2020. p. 167-185.

Recebido: 20 de março de 2023

Aprovado: 29 de março de 2023

Publicado: 12 de junho de 2023



A Revista Baiana de Enfermagem utiliza a Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>

Este artigo é de acesso aberto distribuído sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC).

Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho para fins não comerciais. Embora os novos trabalhos tenham de lhe atribuir o devido crédito e não possam ser usados para fins comerciais, os usuários não têm de licenciar esses trabalhos derivados sob os mesmos termos.